

PROCESSO N° 12652

DIA 02/05/22

Processo: 12649/2022

Recorrente: Sistema de Emergência Móvel de Brasília Ltda. União N° 47 Rubrica 0

Recorrida: Pro Coração Serviços Médicos Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 075 de 2022 - Processo Licitatório n. 33769/2021

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 075 de 2022 - Processo Licitatório n. 33769/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresas especializadas para os serviços de bombeiro civil (brigada de incêndio), suporte de atendimento médico em eventos, apoio a segurança não armada e locação de banheiros químicos para eventos a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e Secretaria Municipal de Cultura.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 03/06) que o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida está em desacordo com o estabelecido no subitem 21.1 do edital, eis que não faz menção à data de início e fim do serviço, bem como não informa o quantitativo de mão de obra, carro e o público atendido, requerendo, ao final, a inabilitação da recorrida.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 07/08, afirmando que apresentou atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público, qual seja, a Fundação Municipal de Saúde de Sumidouro/RJ, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 12.828.365/0001-50, cumprindo todas as exigências estabelecidas no edital, requerendo a manutenção da decisão que a declarou habilitada e classificada.

As fls. 09/10 consta cópia do e-mail enviado pela Comissão de Pregão II à Prefeitura Municipal de Sumidouro, solicitando informações complementares ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela recorrida.

As fls. 11 consta a cópia do mencionado atestado de capacidade técnica, aparentemente expedido pela Prefeitura Municipal de Sumidouro - Fundo Municipal de Saúde de Sumidouro, atestando que a recorrida prestou "*Suporte de Atendimento Médico para Eventos completo*" no Município no período de 2021 a 2022, estando assinado pela servidora Sara Soares da Silva, matrícula n. 17.07.3918, e-mail sarass.wr@hotmail.com, celular (22) 99293-4391.

As fls. 13 foi anexada a declaração emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro, por meio do seu Fundo Municipal de Saúde, em resposta à solicitação da Comissão de Pregão II, informando que "*não emitiu o documento (Atestado de Capacidade Técnica - anexo ao e-mail) para a empresa PRO CORAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., tendo em vista a referida empresa não ter prestado o tipo de serviço informado a esta Secretaria no período indicado no Atestado (2021 a 2022)*".

A Comissão de Pregão II, em decisão de fls. 38/46, recebeu o recurso, eis que presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, deu provimento ao recurso pela alteração do julgamento anterior proferido, inabilitando a empresa Pro Coração Serviços Médicos Ltda. no Pregão em referência, opinando pelo encaminhamento do procedimento à autoridade superior para que seja instaurado processo administrativo no intuito de apurar suposta infração/fraude e eventual aplicação das sanções administrativas previstas em lei.



Pois bem. O edital traz em seu bojo as sanções administrativas aplicáveis a aqueles que descumprirem as obrigações ou preceitos legais pertinentes, dentre elas, a caracterização de infração administrativa em caso de apresentação de documentação falsa, conforme item 25.2:

25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02.

25.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- **Apresentar documentação falsa;**
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo.

25.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

25.4. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

25.4.1. Advertência;

25.4.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

25.4.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

25.4.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

25.4.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

25.4.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

25.4.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;



25.4.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

25.4.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

25.4.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

Assim, verificada a apresentação de documentação falsa, vislumbra-se conduta reprovável passível de sanção administrativa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme previsão editalícia.

Tais parâmetros se mostram como balizas iniciais para que o gestor possa verificar o cabimento ou não da penalidade, o que se dá por meio da instauração de processo administrativo apartado, com a análise das razões da empresa, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Faz-se necessária, portanto, a apuração minuciosa do documento apresentado e eventuais diligências junto ao Município de Sumidouro e à representante legal indicada no documento, a Sra. Sara Soares da Silva, a fim de aferir se houve a prática de infração administrativa e/ou criminal pela empresa licitante e qual o grau de reprovabilidade da conduta.

Confira-se, nesse sentido, as diretrizes traçadas pelo Governo Federal no Manual intitulado "Sanções Administrativas - Diretrizes para a formulação de procedimento administrativo específico"¹:

(...) o exame dos fatos deve ser sempre averiguado por intermédio da formalização de um processo administrativo, mesmo que diante de fortes indícios de autoria e materialidade ou mesmo quando se entender pela não ocorrência da infração, pois não cabe ao gestor um juízo pessoal e subjetivo sobre a situação, de modo que venha suprimir a abertura de procedimento.

Nesse sentido também caminha o entendimento do Tribunal de Contas da União, no que tange à obrigatoriedade de instauração de processo administrativo sancionatório no âmbito das unidades da Corte de Contas²:

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de infração administrativa, não é um ato discricionário, é um poder-dever. Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma infração administrativa praticada por servidor ou particular, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis.

¹ BRASIL, Sanções Administrativas - Diretrizes para a formulação de procedimento administrativo específico, Versão 1.0, 2015 - Consulta através do endereço eletrônico:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf>

² TCU, Tribunal de Contas da União, Manual de Sanções, pág. 19 - Consulta através do endereço eletrônico:

<https://portal.tcu.gov.br/data/files/1D/D4/FA/F1/B5AD4710D614BB47E18818A8/Manual%20de%20sancoes.pdf>



Noutro giro, conforme se depreende do art. 5º, LV, da Constituição Federal, “dos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

Nesse sentido, em atenção aos ditames constitucionais, o art. 87, caput, da Lei n. 8.666/1993, estabelece que a aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato será precedida da apresentação de defesa prévia pelo contratado. *In verbis*:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;*
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

Quanto ao processo administrativo, conforme entendimento jurisprudencial sumulado no verbete n. 633 do E. Superior Tribunal de Justiça, as disposições da Lei Federal n. 9784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, são aplicáveis à esfera Municipal na hipótese de inexistir norma local específica acerca da matéria. Senão vejamos:

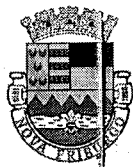
“A Lei no 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria”.

Verifica-se que em âmbito municipal não foi editada legislação local específica regulando a tramitação do processo administrativo, razão pela qual o Poder Público Municipal tem se socorrido nas normas gerais elencadas na referida Lei Federal.

Nesse contexto, o art. 3º, III, da Lei 9.784/1999 constitui, dentre outros, o direito do administrado de “formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente”.

Assim, anteriormente à aplicação de qualquer sanção ao contratado, incumbe à Administração Pública Municipal, conferir prazo para a apresentação de defesa em relação aos fatos imputados, cabendo à empresa decidir por exercer ou não o seu direito.

Nessa conformidade, opina pela instauração de procedimento administrativo próprio, em autos apartados, regularmente instruídos com a narrativa dos fatos que podem ensejar a imposição de penalidade à empresa, com posterior retorno dos autos à esta especializada jurídica, a fim de que ser conferido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia do interessado, nos termos do art. 87, §2º, da Lei 8.666/1993, no respectivo processo, mediante notificação extrajudicial, devidamente instruída com cópia integral do processo administrativo sancionador.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 12652

DIA 02/06/22

Folha Nº 5A Rubrica 1


Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da cidade para adoção das providências acima narradas**, com posterior envio à Comissão de Pregão II para ciência e adoção das providências relativas à continuidade do certame.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 02 de junho de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PMNF - MATR. 63010